

ATENÇÃO!

- Antes de requerer o licenciamento do empreendimento no âmbito da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental, o empreendedor ou representante deve consultar a Lei nº. 3.941, de 12/12/ 2016 que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.686, de 8/12/2015, a fim de verificar se o empreendimento se enquadra em seu Anexo, no qual consta a relação de atividades e empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental no Estado de Rondônia.
- O Órgão Ambiental Licenciador, **extraordinariamente**, poderá instar o empreendedor a requerer Licença Ambiental nos casos em que considerar o empreendimento ou a atividade potencialmente poluidor, mesmo que não esteja relacionado no Anexo da presente Lei, ou em outra lei ou regulamento, não respondendo o empreendedor, até então, por infração administrativa decorrente da instalação ou operação sem licença, desde que o requerimento seja protocolado no prazo estabelecido.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA REGULARIZAÇÃO DE “DESMEMBRAMENTO” DE LOTEAMENTOS JÁ EXISTENTES

Licenças emitidas: Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

> PARA LICENÇA PRÉVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO:

- Requerimento padrão, disponível no site da SEDAM;
- Cópia do cartão CNPJ;
- Cópia da Ata da eleição de última diretoria quando se tratar de Sociedade ou do Contrato Social registrado quando se tratar de Sociedade de Quotas de responsabilidade Limitada, ou Fotocópias do Ato de nomeação ou Diplomação, quando de Entidade Pública;
- Cópias do (CPF/MF e RG) dos responsáveis legais;
- Certidão de Inteiro Teor do Cartório de Registro de Imóveis atualizada ou documentação de justa posse e/ou anuência do proprietário nos casos de arrendamento, comodato e outros previstos em lei;
- Cópias do (CPF/MF e RG) do proprietário do imóvel, se for o caso;
- Cadastro Ambiental Rural (CAR), se imóvel rural; no caso de imóvel localiza dono perímetro urbano, a apresentação do CAR estará condicionada ao estabelecido no Art. 35 da Instrução Normativa Nº 02/MMA, de 06 de maio de 2014;
- Certidão da Prefeitura Municipal declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com legislação aplicável ao uso e ocupação do solo, código de posturas e as leis municipais;
- Declaração de viabilidade emitida pela prestadora de serviço público de Abastecimento de Água para atendimento, e sustentabilidade do empreendimento, quanto à operação e manutenção do sistema abastecimento de água ou solução técnica proposta pelo Responsável Técnico;
- Declaração de viabilidade emitida pela prestadora de serviço público de Esgotamento Sanitário para atendimento, e sustentabilidade do empreendimento, quanto à operação e manutenção do sistema de esgotamento sanitário ou solução técnica proposta pelo Responsável Técnico;
- Declaração de viabilidade emitida pela prestadora de serviço público de coleta de resíduos para operacionalização dos serviços de coleta e destinação dos resíduos sólidos urbanos;
- Declaração de viabilidade emitida pela prestadora de serviço público de Energia Elétrica para atendimento ao empreendimento;
- Declaração do Responsável Técnico, informando se a área está sujeita em qualquer tempo a alagamento e/ou inundação. Em caso positivo de inundação deverá ser apresentada informação referente à cota máxima da mesma, de

preferência fornecida por órgão oficial;

- Planta de Localização georreferenciado do empreendimento, sobre posto a levantamento planialtimétrico (curvas de nível a cada 1 metro), acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente. Apresentar também o projeto no formato SHP ou KML. A planta deve conter o sistema viário, subdivisão de quadras e lotes, áreas livres de uso público/comum, áreas de equipamentos comunitários, nascentes e/ou cursos d'água e suas Áreas de Preservação Permanente, áreas não edificáveis, servidão, faixas de domínio de rodovias, e quadro de áreas contendo valores absolutos e porcentagens dos itens citados, em relação à área total da gleba;
- Projeto Urbanístico do loteamento, contendo carimbo e assinatura de aprovação municipal quanto às diretrizes urbanísticas;
- Projeto paisagístico contendo tratamento paisagístico das áreas verdes e Plano de Arborização Viária, com a aprovação pela prefeitura;
- Plano de Controle Ambiental (PCA), assinado por técnico habilitado com ARTCREA/RO ou outro Conselho de Classe, de acordo com as exigências do Termo de Referência fornecido pela SEDAM;
- Decreto/Lei Municipal de Aprovação do empreendimento;
- Anuência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nos termos da Instrução Normativa Nº 001/15 do IPHAN;
- Publicação em jornal;
- Relatório Técnico de Vistoria Ambiental.

> PARA LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO):

- Requerimento padrão, disponível no site da SEDAM;
- Termo de Conclusão das Obras do loteamento emitido pela Prefeitura Municipal;
- Contrato de transferência dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário para a prestadora destes serviços públicos ou Termo de recebimento de Obra entre o empreendedor e a Concessionária de Água e esgoto do município;
- Cópia do requerimento de licença ambiental referente à ETE quando inserida no licenciamento ambiental do empreendimento ou da empresa que gerencia o esgoto do município;
- Certidão comprovando o registro do loteamento no cartório de Registro de Imóveis;
- Outorga de Lançamento de efluente, quando aplicável;
- Anuência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nos termos da Instrução Normativa Nº 001/15 do IPHAN;
- Publicação em jornal;
- Relatório Técnico de Vistoria Ambiental.

OBSERVAÇÕES:

1. Esta lista apresenta a documentação básica para instrução dos processos de licenciamento ambiental, podendo ser exigidos outros documentos e/ou estudos conforme peculiaridade de cada atividade ou empreendimento em qualquer etapa do processo de licenciamento ambiental.
2. Poderá ser solicitada posteriormente por este órgão ambiental documentação complementar em virtude de exigências provenientes da atuação de órgãos intervenientes no processo de licenciamento ambiental, a saber:
 - FUNAI, nos termos da Instrução Normativa N° 002/15 da FUNAI;
 - IPHAN, nos termos da Instrução Normativa N° 001/15 do IPHAN;
 - FUNDAÇÃO PALMARES, nos casos em que a área de influencia direta do empreendimento se localizar em áreas de remanescentes quilombolas;
 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) ou da Coordenadoria de Unidades de Conservação (CUC) ou Órgão Gestor de Unidade de Conservação Municipal, nos termos da Resolução CONAMA N° 428/2010.
3. Caso houver alteração na razão social deverá apresentar novo Ato Constitutivo, Contrato Social, Requerimento de Empresário Individual, Estatuto Social, Declaração de MEI ou Certidão Simplificada e Cópias do (CPF/MF e RG) dos responsáveis legais do empreendimento.